

**COMISSÃO DO TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

**REQUERIMENTO N°. /2004  
(DO SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN )**

**Senhor Presidente:**

Nos termos regimentais, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada: o Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária; o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA; o Presidente da Associação Nacional de Juizes e Promotores da Infância e da Juventude – ABMP; o Diretor do Presídio da cidade de Guarapuava – PR; a Professora Julita Langruber – Coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes/RJ; o Coordenador do Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente - DCA; e o sr. Clayton Alfredo Nunes, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, para debater o PL 2825/03, que estabelece a terceirização de todas as atividades relativas aos estabelecimentos profissionais e de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei.

**JUSTIFICATIVA**

É inegável que o sistema prisional, como de resto todo o sistema de segurança pública do nosso país, encontra-se em situação crítica, com graves deficiências e profundos problemas. Por isso torna-se necessário que todo o paradigma vigente nesta área seja reexaminado, buscando-se novas soluções para os graves problemas existentes.

O PL 2825/03 inscreve-se nesta perspectiva. No entanto, avança numa questão que é controversa para o mundo do trabalho qual seja a terceirização e

permite sua aplicação em todas as atividades inerentes aos serviços penitenciários, configurando um passo muito concreto tanto para a universalização da terceirização em todas as atividades produtivas do país quanto para a privatização dos serviços penitenciários e de privação de liberdade.

Esta Comissão tem discutido o tema da terceirização, com um entendimento crítico em relação ao tema por parte de significativo número dos seus membros. No entanto o aspecto da terceirização nos serviços penitenciários merece um aprofundamento específico.

Neste sentido, pedimos a aprovação do presente pedido de audiência pública destinado a discutir o tema.

Sala da Comissão, em      de novembro de 2.004.

**Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)**